



**16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  
**Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  
**Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019**

**Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.**

**Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana.**

**A PRAÇA COLABORATIVA VISTA BELA:  
INTERVENÇÃO URBANA PARA O DESPERTAR DA SOCIABILIDADE E DO  
SENTIDO DE PERTENCIMENTO TERRITORIAL**

**Giovana Sekiama Abelha<sup>1</sup>**  
**Maria Gorett Freire Vitiello<sup>2</sup>**  
**Tales Leon Biazão Sanches<sup>3</sup>**  
**Milena Kanashiro<sup>4</sup>**  
**Vera Lucia Tieko Suguihiro<sup>5</sup>**

**Resumo:** Este artigo relata a experiência de intervenção urbana colaborativa no bairro Perobinha (Londrina-PR). Teve como escopo metodológico o *Placemaking*, método que envolve a comunidade no processo de planejamento, desenho e programação do espaço público. A ação propiciou interação no planejamento de um espaço público, que busca a melhoria da qualidade de vida, mediada pela sociabilidade territorial.

**Palavras-chave:** Praça Colaborativa; Direito à habitação; Direito à cidade; Territorialização; Sociabilização.

### **Introdução**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil, em 2015, contava com 85% da população residindo em áreas urbanas (IBGE, 2015, s/p). Isso evidencia a influência que as formas urbanas têm junto aos debates contemporâneos envolvendo a população brasileira. Além de suporte para o entendimento da conjuntura social, a cidade é o local de desenvolvimento das histórias individuais e memória coletiva. É o lugar que propicia agregados populacionais, onde ocorrem trocas interpessoais e onde é favorecida a constituição de redes de relacionamento. É o lugar em que se conhecem as regras e normas que definem determinados grupos, resultando em “atos comparativos”, ou seja, reconhecimento de semelhanças e construção de uma identidade coletiva. É na cidade onde se encontra um ambiente rico e com potencial de sociabilidade entre aqueles que a habitam.

Neste sentido, o território, enquanto locus de sociabilidade, é o alicerce da memória coletiva, das recordações de uma família, de um grupo, de um bairro e de uma

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Universidade Estadual de Londrina, E-mail: suguihiro@uel.br.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual de Londrina, E-mail: suguihiro@uel.br.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Universidade Estadual de Londrina, E-mail: suguihiro@uel.br.

<sup>4</sup> Professor com formação outra áreas, Universidade Estadual de Londrina, E-mail: suguihiro@uel.br.

<sup>5</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, E-mail: suguihiro@uel.br.

cidade. Essa característica social do espaço como suporte para a sociabilidade se aproxima do conceito de cidadania, na medida em que pressupõe o reconhecimento das pessoas enquanto sujeitos de direitos envolvidos coletivamente, compartilhando espaços cotidianos. Lynch (1997) defende que o desenho urbano deve considerar as condições subjetivas, seus efeitos no cotidiano e na experiência individual, respondendo assim às funcionalidades do ambiente projetado, possibilitando a promoção da qualidade físico-ambiental da cidade e dos seus espaços.

O planejamento urbano frente à lógica de mercado tem privilegiado a segregação e segmentação na cidade, produzindo lugares qualificados e outros com infraestrutura precarizada quanto à habitação, afetando não apenas o desenvolvimento das relações sociais entre os diferentes grupos, como também influenciando no exercício da cidadania. Essa configuração de cidade, provocada por um planejamento urbano que não favorece a qualidade de vida da população mais vulnerável, expulsa a classe trabalhadora do centro urbano para as periferias (TRINDADE, 2012, p. 141). Esse movimento de banimento das classes operárias para fora do centro da cidade inspirou o filósofo francês Lefebvre a conceituar o “Direito à Cidade”. O autor explicita que para o exercício da cidadania plena a cidade deve ser democrática: “The right to the city has become more essential than ever, [...]. It emerges as the highest form of rights: liberty, individualization in socialization, environs (habitat) and way of living (habiter)” (LEFEBVRE, 1996, p.19). No entanto esse direito não deve estar limitado à simples permissão de acesso ao urbano, mas sim à ocupação e modificação desse espaço. (LEFEBVRE, 1996).

Deste modo, o presente artigo tem por objetivo apresentar um relato de experiência, tendo como recorte espacial o bairro Perobinha, comunidade periférica do município de Londrina. A escolha do objeto se deu com base no levantamento junto à Delegacia do Adolescente de Londrina, o qual identificou o bairro em questão como uma região com um número substancial de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa foi desenvolvida por meio do Programa de Pesquisa e Extensão “Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos”, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, com apoio financeiro PROEXT - MEC/SESU, do CNPq e da Fundação Araucária.

Para a realização das atividades de pesquisa e extensão, o Programa conta com uma equipe interdisciplinar (Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Comunicação e Geografia). Utiliza-se da metodologia da investigação-intervenção, que está fundamentada em três dimensões que fazem parte do mesmo movimento dialético: a Dimensão Investigativa – momento em que é produzido o conhecimento crítico sobre a realidade social pesquisada; a Dimensão Interventiva – elaboração e execução de projetos de ação tendo em vista contribuir no processo de mudanças de determinada

situação problemática; Dimensão Formativa – implica o processo de aprendizagem social envolvendo os participantes na direção da emancipação social, cultural, ética e política. O estudo é desenvolvido por meio de aproximações sucessivas, entendendo que a construção da realidade é um processo permanente e provisório, em que se opera no vai e vem constante entre investigação, reflexão, análise, intervenção para a ampliação de horizontes de conhecimento, fundamentado na intervenção técnica, política e teoricamente competente.

O trabalho busca apresentar uma experiência que qualifique uma intervenção urbana, de caráter colaborativo, junto ao Bairro Perobinha como estratégia para o fortalecimento dos vínculos dos moradores com o território. Para tanto, foram organizadas oficinas que proporcionaram momentos de partilha de decisão entre os moradores do Vista Bela, envolvendo-os no processo de construção de uma praça pública. Deste modo, cabe apresentar a realidade do bairro estudado, os conceitos de territorialização e de sociabilidade, que irão balizar o desenvolvimento deste artigo, além de relatar a metodologia utilizada para a construção do projeto colaborativo de praça pública.

## **1. Contextualização do Vista Bela**

O bairro Perobinha, objeto do presente estudo, é popularmente conhecido como “Vista Bela”. É constituído por dez conjuntos habitacionais do Programa Federal de Habitação de Interesse Social “Minha Casa Minha Vida” (MCMV), e foi considerado o maior empreendimento habitacional do Brasil na época de sua implantação, o conjunto contava com cerca de 12 mil pessoas em 2011. A maioria das famílias alocadas no ‘Vista Bela’ encontrava-se em situação de vulnerabilidade social e residia em ocupações de fundos de vale; não contava com os serviços essenciais, como acesso à água tratada e encanada, energia elétrica, tratamento de esgoto, entre outras necessidades. As famílias estão enquadradas na faixa de zero a três salários mínimos.

O Programa MCMV é composto por casas e apartamentos. O padrão das habitações é caracterizado pela homogeneidade arquitetônica, tanto as unifamiliares (casas) quanto as coletivas (prédios). As casas, com exceção daquelas de esquina, são geminadas e geram nos moradores uma sensação de que eles não possuem uma casa, mas meia<sup>6</sup>. Além disso, todas as casas e os apartamentos apresentam um desconforto térmico e acústico, prejudicando a privacidade das famílias, dificultando a percepção desse espaço como pertencente a elas. Outra característica do bairro é a monofuncionalidade residencial. O “Vista Bela” possui aproximadamente três mil unidades habitacionais, entre habitação unifamiliar (casas) e coletiva (prédios). Segundo Vicentim

---

<sup>6</sup> Informação coletada em avaliação pós-ocupação realizada pelo Programa Associado de Pós-graduação em Metodologia de Projeto UEL-UEM.

(2015), não foi destinado, no projeto original, a quantidade necessária para espaços com outras funções, como comércio, serviços, espaços institucionais e espaços livres.

Segundo Vicentim (2015), na tentativa de suprir a demanda local de serviços bem como promover a complementação de renda, as famílias anexaram áreas comerciais em suas residências. Essa realidade, frente à alta demanda e pouca oferta, despertou o interesse de investidores comerciais (supermercado, farmácia, padaria) em se instalar no bairro adjacente (Parigot de Souza), de modo a atender a deficiência apresentada no bairro. Segundo levantamentos realizados por meio do Sistema de Informação Geográfica de Londrina (SIGLON, 2019), tanto o bairro Parigot de Souza como o Residencial Vista Bela não possuem equipamentos culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, galerias, museus e vilas culturais).

No âmbito dos espaços livres de uso público, como praças e parques, a situação também não é adequada. A quantidade massiva de unidades residenciais construídas prejudicou a destinação de espaços públicos, semelhante aos outros empreendimentos do Programa MCMV. As áreas reservadas para esse fim estão situadas em lotes triangulares, localizados às margens de áreas de preservação permanente. Esses fatores têm dificultado o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de lazer em espaços livres de uso público, impossibilitando o acesso a direitos previstos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Ao analisar a estrutura que envolve a realidade urbana do bairro Perobinha, foi possível identificar que o espaço livre pode ser um meio estratégico para a promoção de relações sólidas entre a comunidade e o território, mediadas por uma intervenção de caráter colaborativo. Para essa intervenção, foram realizadas oficinas com objetivo de planejar e executar, juntamente dos moradores do “Vista Bela”, a construção de um projeto de praça colaborativa em um espaço público de convívio destinado às atividades culturais, esportivas, educativas e de lazer para a referida população.

Nessa perspectiva, compreender os conceitos de Territorialização e de Sociabilidade é fundamental para a concretização da proposta de ação em questão. Os conceitos são complementares e auxiliam no entendimento das particularidades que envolvem a atividade proposta.

## **2. Sociabilidade, Território e Territorialização: caminho para uma intervenção urbana de qualidade**

As conceituações de território e de territorialização são complexas e, para alguns autores (EDNEY, 1972; ALTMAN E ZUBE, 1989; LYMAN E SCOTT, 1967; GIFFORD, 2013), são complementares devido à necessidade de articulação entre si. O território, por exemplo, não tem uma simples e única definição. Altman e Zube (1989) conceituam

território em três níveis distintos: primário, secundário e público. Ou seja, os níveis estão relacionados à proximidade e pertencimento do indivíduo com o espaço em questão. O termo territorialização, por sua vez, está associado, segundo os autores, aos elementos que integram determinado espaço: objetos e ideias.

Os territórios primários são, portanto, espaços pertencentes a um indivíduo ou a grupos primários, controlados basicamente por eles e recorrentes em seus cotidianos. Geralmente possuem alta importância psicológica para o(s) sujeito(s). Já os territórios secundários são de menor importância; o controle não é essencial e o compartilhamento com outras pessoas é aceitável. Os territórios públicos, por sua vez, são áreas de livre acesso ao cidadão – praias, calçadas, lojas, ônibus, entre outras. Em paralelo à conceituação de território, se faz necessário salientar a classificação que os autores fazem da territorialização de objetos e ideias. A territorialização dos objetos pode ser concebida por meio de logomarcas e personalização – como bonés, casacos, bicicletas e canetas. Já a territorialização de ideias é concebida através do patenteamento e regras repressivas que são criadas contra o plágio.

Semelhante à conceituação de Altman e Zube (1989), Gifford (2013) apresenta o conceito de territorialização associado a um padrão comportamental, individual ou coletivo, baseado na percepção, tentativa ou controle de um espaço físico, podendo envolver todas ou algumas das seguintes questões: ocupação habitual, defesa, personalização ou marcação. De acordo com Gifford (2013), a marcação significa a disposição de objetos ou materiais em um determinado espaço, indicando a intenção territorial do sujeito, como, por exemplo, dispor casaco sobre a cadeira de um restaurante. Quanto à personalização, é o uso da marcação de maneira a evidenciar a identidade do sujeito, como se pode evidenciar em logomarcas.

Retomando o conceito de território, segundo Gehl (2011), os espaços públicos vão, gradativamente, se aproximando dos espaços privados conforme a apropriação dos moradores. Quanto maior o sentimento de pertencimento do morador com o território público, mais aquele o sentirá como uma continuidade do território privado. O caráter que o território assume, nesse sentido, também influencia no fortalecimento dos laços interpessoais locais. Mais do que indivíduos moradores, as pessoas passam a se perceber como parte do coletivo, como vizinhança. No “Vista Bela”, no entanto, não foram observados traços que caracterizassem um processo positivo de territorialização. O território não é reconhecido em nível primário e tampouco em nível público – conforme vimos na teorização dos termos por Altman e Zube (1989) e Gifford (2013). Ou seja, há a ausência de um sentido de pertencimento com o território habitado. Não há personalização suficiente no espaço público, o que gera um sentimento de não

compartilhamento. As pessoas já não se apropriam do espaço público como poderiam e, por isso, acabam tendo seu espaço de sociabilidade reduzido.

No que diz respeito à sociabilidade, segundo Jacobs (1961), ela está associada a fatores positivos da boa convivência na cidade, assim como a segurança e a diversidade de usos. O território público é, portanto, espaço de interação entre as pessoas; é onde a sociabilização entre os moradores se torna possível. É a partir de diretrizes do projeto urbanístico que a sociabilidade pode ser potencializada. Não basta diversidade de usos para gerar movimentação no espaço e, conseqüentemente, a sensação de segurança. É necessário que se crie uma rede de confiança entre os moradores ou trabalhadores vizinhos, de modo que se possa identificar quem são os “estranhos”, ou seja, os que estão fora do círculo de convívio diário (JACOBS, 1961).

Para Jacobs (1961), lugares extremamente padronizados, monofuncionais, onde não há diversidade de usos ou pessoas, necessitam criar chamarizes para atrair mais indivíduos para ocupar as ruas, calçadas e praças, alcançando, assim, um grau mais elevado de segurança. Segundo a autora, “quase ninguém vai espontaneamente de um lugar sem atrativos para outro, idêntico”, ainda que isso exija pouco esforço físico, pois, “as diferenças, não as cópias, propiciam a interação de usos e, assim, a identificação das pessoas com uma área maior que a da malha de ruas vizinhas” (JACOBS, 1961, p.142). Dessa forma, é imprescindível que haja a socialização entre os moradores e os trabalhadores locais, a fim de fomentar um território de vivências positivas.

O Programa de Extensão tem por fundamento teórico prático os estudos da sociabilidade enquanto uma possibilidade de construção de um espaço público no “Vista Bela” de forma coletiva. Entende-se que o aspecto de coletividade para a construção do referido espaço, bem como o desenvolvimento de um projeto de territorialidade no bairro, só poderá se concretizar na medida em que houver uma intensificação de um processo de sociabilização entre os moradores auxiliado por uma proposta interventiva, metodologicamente conduzida.

### **3. Metodologia utilizada**

Com o intuito de articular e potencializar o senso de coletivo dos moradores do Residencial Vista Bela, o Programa de Pesquisa e Extensão “Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos” se valeu da metodologia *Placemaking*. Seu uso se dá por meio do envolvimento da comunidade durante o processo de planejamento, desenho, gestão e programação de espaços públicos.

O *Placemaking*, que em português significa “fazer lugares”, tem sido adotado como ferramenta e filosofia no “*Project for Public Spaces (PPS)*”, que “ajuda pessoas a criar e manter espaços públicos com o objetivo de construir comunidades mais fortes”

(HEEMAN, SANTIAGO, s/d, p. 4). A PPS é uma organização sem fins lucrativos de Nova Iorque, fundada em 1975, que já realizou mais de três mil projetos em comunidades, em 43 países (HEEMAN, SANTIAGO, s/d). O *Placemaking* adotado pela PPS posiciona a população como especialista, tanto aqueles que moram por perto quanto àqueles que trabalham ou passam pelo espaço público em questão, e devem ser escutados, pois são eles os conhecedores das necessidades e aspirações para o lugar.

Uma recomendação do Guia do Espaço Público – cartilha elaborada pelas autoras Heeman e Santiago, com base na PPS – é de envolver a comunidade em atividades que estimulem a sugestão de ideia, como oficinas e ações lúdicas e interativas. Na organização dessas atividades, deve-se levar em consideração três pontos principais: a) quais atividades podem ser oferecidas no espaço; b) quais intervenções vão tornar o espaço mais atrativo e confortável; c) quais atitudes devem ser tomadas para que o espaço seja um território importante para as pessoas, um lugar que elas queiram estar, que sintam orgulho e se identifiquem. A tomada de decisão está centrada na comunidade. Mas também se faz necessário considerar a articulação junto a empresas e instituições locais (como escolas, bibliotecas, associações) para impulsionar a concretização do projeto planejado.

Nessa perspectiva, a experiência a ser relatada realizou-se por meio de ações, tais como reuniões junto às lideranças do bairro e pessoas-chave, como representantes do comércio local, associação de bairro, e representantes de Escola Municipal e Estadual do bairro Perobinha. Assim, foi possível conhecer o potencial e as limitações de organização das lideranças do bairro; identificar os interesses diversos existentes, associados à disputa interna de poder, e que acabam por interferir no processo de articulação entre seus moradores. Deste modo, o método colaborativo utilizado, *Placemaking*, deve ser entendido como potencial articulador de um senso coletivo, com a capacidade de transpor as dificuldades identificadas no bairro, para o alcance de suas expectativas, no sentido de garantir a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Vista Bela.

Foram organizadas oficinas direcionadas à promoção de momentos de partilha de decisão, criando um espaço de manifestação das expectativas do morador do Vista Bela. Essa técnica permitiu que os participantes pudessem planejar e construir, de forma colaborativa, um espaço público que venha a fomentar a sociabilidade entre os moradores. Estimulou-se, assim, a importância da existência de espaços públicos para que os moradores pudessem usufruir e, ao mesmo tempo, desenvolver o sentimento de pertencimento junto ao bairro. Essa ação torna-se importante, na medida em que a territorialização concebida pelos moradores por meio do processo de marcação e personalização, segundo Gifford (2013), pode ser a chave para desencadear o

protagonismo dos moradores, mediada pelas atividades que compõem a construção territorial e humana.

### 3.1. Oficinas propostas

As Oficinas foram planejadas considerando as recomendações da PPS e estudos de casos utilizados para obter resultado positivo com a comunidade. O ambiente escolhido para a realização das atividades foi o terreno considerado o mais adequado para a construção da praça e, ao mesmo tempo, os participantes puderam relativizar seu corpo em relação à dimensão espacial do terreno. Para divulgação das Oficinas, o grupo interdisciplinar promoveu reuniões presenciais com as pessoas-chave do bairro, mencionadas acima. Também foram distribuídos bilhetes – para os alunos das escolas –, panfletos, cartazes e pôsteres, além da divulgação virtual (via WhatsApp) e carro de som. Foram planejadas quatro oficinas, a saber:

#### 3.1.1 Oficinas Mapa Afetivo – “um lugar que eu gosto” e Mural das Prioridades

Para a Oficina **Mapa Afetivo – “um lugar que eu gosto”**, foram disponibilizadas folhas de papel sulfite para que cada participante pudesse expressar por meio de desenhos ou palavras lugares dos quais possuíam memórias afetivas (**Figura 1**). Foi solicitado, também, que os participantes anotassem sua idade para que essa informação pudesse ser relacionada, posteriormente. O lugar não deveria ser necessariamente pontual; poderia ser um caminho; poderia estar relacionado à atividade que se praticava no lugar, desde que estivesse relacionada às boas lembranças. Essa foi a primeira oficina realizada com os participantes. O objetivo dessa etapa foi resgatar as memórias afetivas dos lugares ou atividades realizadas nos espaços e, assim, aguçar a criatividade dos participantes para a realização das outras oficinas, buscando motivá-los para as ações propostas pelo grupo. O resultado da oficina mostrou que a maioria dos participantes associou um lugar a uma memória afetiva. Isso significa que, se o planejamento e a construção da praça contar com a participação da população, é possível resignificar o espaço de forma a ser bem aproveitado, possibilitando à população a criação de memórias afetivas com aquele território.

A oficina **Mural das Prioridades** contou com seis murais, cada qual referente às áreas propostas para desenvolvimento da praça pública. A votação poderia ser feita de acordo com os anseios de cada participante. As áreas elegíveis foram: a) área para desenvolvimento de várias atividades; b) área cultural; c) área para crianças; d) área esportiva; e) área de permanência e f) área com vegetação. Elas eram exemplificadas



com imagens condizentes ao que se pode ser feito em cada uma. Para os participantes, foram distribuídas duas notas adesivas que representavam dois votos a serem colados nos murais (**Figura 2**). O resultado dessa oficina mostrou que a maioria dos participantes indicou criação de área de lazer para crianças na praça. A segunda área mais votada pela população foi a área cultural, seguida pela área com vegetação; as áreas de esporte e permanência empataram na quarta posição de prioridade. A área que recebeu menos votos foi a que estaria destinada ao desenvolvimento de várias atividades. Acredita-se que a maior quantidade de votos para a área das crianças aconteceu devido à característica dos participantes, majoritariamente crianças ou pais.

**Figura 1.** Oficina “Mapa Afetivo”.



**Figura 2.** Oficina “Mural das Prioridades”.



**Fonte:** Projeto: “Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos” – Ana Vitória Franco dos Santos.

### 3.1.2 Oficinas “Varal das Inspirações e dos Sonhos” e “Confecção de Maquete”

A oficina **Varal das Inspirações e dos Sonhos** foi constituída pelo Varal das Inspirações, com várias imagens de elementos, espaços e mobiliários que foram utilizados na composição de diversos espaços públicos. Também fazia parte da oficina um segundo varal, vazio (dos sonhos), no qual as pessoas poderiam pendurar os seus próprios desejos para aquela praça pública. Os participantes puderam expressar-se na folha de papel para escrever ou desenhar o que fosse de seu interesse, com a liberdade para incluir elementos que estavam presentes no varal das inspirações (**Figura 3**). O resultado dessa oficina demonstrou um grande interesse dos participantes em desenvolver área para a prática de esportes, ao contrário do resultado apresentado no Mural das Prioridades, com prevalência de áreas para as crianças. Pode-se entender que a escolha pela área esportiva está associada à ideia de uma área que também poderá ser usufruída por crianças.

As oficinas propostas tinham um cunho individual, com exceção da **Confecção de Maquete**. Nesta, foi proposta a construção em grupo, de maneira que promovesse um diálogo coletivo para a sua confecção. A oficina contava com maquetes de estudo do terreno (com o relevo e a volumetria do entorno) e alguns elementos na mesma escala (como parquinho, bancos, academia ao ar livre, quadras etc.), além de massa de modelar

que poderia ser moldada para representar um elemento a ser contemplado na maquete, adesivos para anotações e pedaços de papéis coloridos para que os participantes pudessem customizar. Nessa oficina pretendia-se que os participantes pudessem escolher os elementos para a constituição da praça pública, bem como definir o seu posicionamento no próprio terreno (**Figura 4**).

**Figura 3.** Oficina: Varal das Inspirações e dos Sonhos.



**Figura 4.** Oficina: Confeção de Maquete.



**Fonte:** Projeto: “Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos” - Ana Vitória Franco dos Santos.

O resultado pôde ser analisado com a sobreposição de informações: quais elementos mais apareceram *versus* onde os elementos apareceram. Ocorreram manifestações de implantação de elementos constituintes de todas as áreas agrupadas (esporte, cultura, criança, permanência, vegetação e para a realização de diversas atividades). No entanto, na análise da locação não foi observado um padrão de implantação dos elementos. Portanto, ficou a critério dos integrantes do Projeto de Pesquisa e Extensão optar pelas implantações de acordo com os parâmetros de insolação, ventilação, estética, acessos, proximidades, entre outros. Além das oficinas desenvolvidas, também foi utilizada a “Caixinha de *Hobbies*”, onde os participantes poderiam deixar seu contato, juntamente de seu *hobbie*, habilidade ou competência. O objetivo dessa atividade foi obter informações para o desenvolvimento de futuras ações.

### Considerações Finais

No bairro Perobinha, localizado no município de Londrina (PR), foi construído um dos maiores empreendimentos do Programa Habitacional de Interesse Social Minha Casa Minha Vida, no ano de 2011. O bairro está localizado em região distante dos centros urbanizados, demarcando a segregação urbana pela exclusão de algumas políticas públicas básicas, que, embora passado quase uma década de sua implantação, ainda são negligenciadas pelo Estado. No processo de planejamento urbano do Vista Bela, não foram levadas em consideração as necessidades da população, uma vez que as residências foram pensadas apenas como local de morar, e não como um lugar de bem viver. Os espaços livres de uso público foram localizados nas extremidades do bairro sem qualquer indício para um território de socialização e formação do senso de comunidade. O

referido Programa privilegiou os interesses de incorporações do setor da construção civil e do capital imobiliário/financeiro. Para Rufino et al. (2015), o Programa MCMV está localizado em terrenos, em sua maior parte, em regiões periféricas, com os preços mais baratos, tendo por objetivo alcançar maior lucratividade na produção dos empreendimentos. Na maioria dos casos, o empreendimento apresenta problemas de acessibilidade e infraestrutura urbana. Essa conjuntura enfraquece a sociabilidade que o território pode exercer sobre a população que o compartilha, restringindo o acesso a uma memória coletiva, baseada em boas recordações.

A sociabilidade que o território pode proporcionar é importante, pois ao aproximar o indivíduo à coletividade, reconhece as pessoas enquanto sujeitos de direitos envolvidos coletivamente, compartilhando espaços cotidianos. Isto posto, vale retomar a defesa que Lynch (1997) faz sobre a necessidade de que o desenho urbano considere as condições subjetivas e seus efeitos no cotidiano e na experiência individual. A importância da construção de um espaço público que privilegie a sociabilidade em seus territórios foi a motivação para o desenvolvimento do Programa de Extensão/Pesquisa e para a aplicação da atividade aqui relatada. Ao entender a realidade social do 'Vista Bela', foi possível perceber que a construção colaborativa de um espaço público, no caso específico de uma praça pública, pode contribuir de forma significativa para o despertar/criar na comunidade do senso de coletividade entre os moradores, de modo que eles possam identificar o potencial de transformação que as ações coletivas detêm e, assim, promover as articulações necessárias para a realização de projetos de interesse coletivo, no sentido de melhorar a qualidade de vida da população do bairro/território.

A proposta de construção de uma praça pública no Conjunto habitacional "Vista Bela" foi uma primeira aproximação junto à comunidade na perspectiva de desenvolver o exercício coletivo cotidiano para a busca de soluções e formação de uma relação sólida entre as pessoas e o território e entre as próprias pessoas. Desta forma, por meio de oficinas interativas, o grupo buscou envolver a população com o intuito de apreender quais as expectativas e aspirações dos moradores para aquele espaço em específico. O Programa buscou ainda, de muitas formas, maior interação na construção de um espaço público, de modo compartilhado e colaborativo na busca pela melhoria da qualidade de vida, mediada pela sociabilidade territorial.

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, I.; ZUBE, E. **Public Places and Spaces**. 1. ed. Nova Iorque. Ed. Springer US. 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

EDNEY, J.; **Property, Possession and Permanence: A Field Study in Human Territoriality**. *Journal of Applied Social Psychology*, p. 275-282. 1972.

GEHL, J. **Life between buildings: using public space**. Washington: Island Press, 2011.

GIFFORD, R.; **Environmental Psychology: principles and practice**. 5. ed. Ed. Optimal Books. 2013

HEEMAN, J.; SANTIAGO, P. C.; **Guia do Espaço Público: para inspirar e transformar**. (cartilha). Disponível em: <<http://www.placemaking.org.br/home/o-que-e-placemaking/guia-do-espaco-publico>>. Acesso em: 12 Jun. 2019.

LEFEBVRE, H. **Writings on Cities**. 1. Ed. Malden: Blackwell Publishers Ltd., 1996.

LYMAN, S.; SCOTT M. **Social Problems**. 2 ed., p. 236–249. Oxford: Ed. Oxford University Press. 1967.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos. Território, desigualdade e cidadania: o Programa Minha Casa, Minha Vida, em Londrina. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n.1, p. 89-113, jul./dez. 2013 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16296>>. Acesso em: 05 abril 2019.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz et al. A produção do Programa PMCMV na baixada santista: habitação de interesse social ou negócio imobiliário?. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha Casa, Minha Vida...E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em 6 estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SIGLON. 2019. **Sistema de Informação Geográfica de Londrina**. Disponível em: <http://siglon.londrina.pr.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=825051b5b90e40739752ef474b8b67a5>. Acesso em: 7 de Mar de 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, Cortez, 1992.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Direito e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade**. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n87/07.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

VICENTIM, T.; **Análise do Comércio e Serviço nos Empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): Estudo de Caso do Residencial Vista Bela – Londrina-PR**. 2015. 152f. Dissertação do Mestrado em Metodologia de Projeto de Arquitetura e Urbanismo, do Centro de Tecnologia e Urbanismo – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.